

**ATA DA 397ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -  
CEPRAM**

No dia 28 de setembro de 2018, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 397ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: 1. Análise das minutas das atas da 395ª Reunião Ordinária, bem como da 1ª e 2ª Reuniões Extraordinárias realizadas nos dias 25/05/2018, 19/04/2018 e 15/06/2018, respectivamente; 2. Apresentação de processo diligenciado na 2ª Reunião Extraordinária do CEPRAM e dos processos apreciados na 27ª CT Recursal realizada em 13/07/2018; 3. Análise do Processo nº 1420160009350 – Proposta de nova Resolução CEPRAM para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em ambientes terrestres no Estado da Bahia; 4. Discussão sobre extensão e limites da competência da Câmara Técnica Recursal; 5. Apresentação da Promotora de Justiça Dra. Luciana Khoury (MPE) sobre as propostas de mudança na legislação sobre agrotóxicos (Projeto de Lei 6.299/2002); 6. Apresentação sobre o SEIA municipal e outras ações da Gestão Ambiental Compartilhada; 7. Informes; 8. O que ocorrer. Mariana Mascarenhas (SEMA) iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, justificou a ausência do Secretário Geraldo Reis (SEMA) que está de férias. Explicou que as apresentações previstas para o período da tarde não ocorrerão, pois houve um imprevisto com Luciana Khoury que não poderá comparecer e, houve a avaliação da equipe técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA com a Secretaria Executiva - SECEX, de que essa apresentação deverá ser mais produtiva ocorrendo no início da próxima gestão que deverá efetivamente trabalhar na alteração da Resolução de Impacto Local. Mariana lembrou que a revisão dessa resolução já foi iniciada na Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada – CTGAC e que os segmentos solicitaram mais tempo para enviarem suas contribuições, desse modo, a continuidade desse trabalho deverá ocorrer no próximo ano. Severino Agra (UFBA) pediu para entregar uma proposta de revisão da resolução que trata de audiências públicas. Justificou essa necessidade de alteração para adequação a nossa legislação estadual e também a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Aproveitou para cobrar da SECEX a apresentação sobre a CETREL. Lembrou que a solicitação era para que o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA fizesse uma apresentação para que o CEPRAM tome conhecimento da situação do Pólo Petroquímico de Camaçari, pois a CETREL está absorvendo mais que sua capacidade. Relatou que leu o parecer técnico da licença concedida ao Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC e se surpreendeu com a quantidade de pendências e problemas que existem no Pólo, sugerindo que seja revista a relação e intermediação do COFIC junto ao Pólo e ao Órgão Ambiental. Acrescentou que o



38 conteúdo desse parecer técnico e as condicionantes ambientais da portaria de licença não  
39 têm relação. Mariana pediu que esse tipo de intervenção seja feita no “o que ocorrer”, visto  
40 que não é apenas um pedido para recebimento de documento ou um lembrete para que  
41 uma apresentação ocorra porque estão sendo apresentadas informações e posicionamentos  
42 que acabam gerando um debate. Aurinézio Calheira (COFIC) disse acreditar que Severino  
43 não tenha tido oportunidade de ver o processo como um todo e esclareceu que o Pólo é um  
44 exemplo de gestão ambiental no país e que essa renovação da licença foi discutida por um  
45 ano e meio com os técnicos do INEMA para tratar possíveis pendências e onde foram  
46 tratadas ações para melhoria da gestão do Pólo. Colocou-se à disposição para debater esse  
47 assunto com o Conselho. Luís Galvão (SINDIBRITA) pediu que o documento entregue por  
48 Severino seja socializado com todo o plenário para que possam ter conhecimento de seu  
49 conteúdo. Ficou acordado que na próxima reunião haverá a apresentação sobre a questão  
50 do Pólo Petroquímico. Mariana retomou a pauta com a aprovação das atas da 395ª Reunião  
51 Ordinária, 1ª e 2ª Reuniões Extraordinárias. Foram analisados os Processos de Recursos  
52 Administrativos para autos de infrações ambientais vindo da Câmara Técnica Recursal.  
53 **Processo 2011-025923/TEC/AIMU-0599 - OXIDAVILA TRANSPORTE LTDA.** Auto de  
54 Infração de Multa no valor de R\$ 5.000,00 no município de São Francisco do Conde por  
55 transportar produto perigoso sem licença ambiental. O requerente solicitou o recebimento do  
56 recurso com efeito suspensivo e deferimento ou conversão em advertência ou conversão  
57 em prestação de serviços de preservação ambiental. O relator foi Ruy Argeu do Amaral  
58 Andrade (SINDCOM/BA). Não houve consenso na Câmara técnica e na plenária foi decidida  
59 a conversão da multa em advertência. Severino manifestou seu incômodo com relação a  
60 essa decisão porque não sente segurança com relação ao Conselho poder decidir algo que  
61 não estava previsto na legislação da época, visto que no momento da autuação não era  
62 possível se converter uma multa em advertência. Dessa forma, pediu que quando acontecer  
63 esse tipo de questionamento que o mesmo seja esclarecido pela PROJUR do INEMA para  
64 que o Conselho não aja contra a legislação. **Processo 2007-007761/TEC/AIMU-0426 -**  
65 **TELEMAR NORTE LESTE S/A.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 50.000,00 no  
66 município de Salvador por efetiva poluição ambiental (vazamento de baterias). O requerente  
67 solicitou a desconsideração e baixa da notificação de homologação do auto de infração. O  
68 relator foi Luiz Vitor Marsala (CEPEDES). Não houve consenso na câmara técnica e a  
69 plenária decidiu pela manutenção da multa. **Processo: 2009-036000/TEC/AIAP-0235 -**  
70 **BENTO CAIRES NETO.** Auto de Infração de Apreensão no município de Ibicoara por  
71 apreensão de 05st de lenha ou tora nativa. O requerente solicitou a anulação. O relator foi  
72 Sergio Bastos (SINPEQ). A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a  
73 plenária referendou tal decisão. **Processo 2008-010283/TEC/AIAD-0681- EMBASA -**  
74 **EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A.** Auto de Infração de Advertência no





75 município de Mata de São João por ETE de Vila do Sauipe. O requerente solicitou o  
76 provimento do recurso. O relator foi Ruy Andrade, a câmara Técnica decidiu pela  
77 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2007-**  
78 **008697/TEC/AIAD-0478- LEONARDO LOUREIRO FERNANDES.** Auto de Infração de  
79 Advertência no município de Itagimirim por exercer atividade em imóvel rural sem as  
80 necessárias anuências, autorizações, em desconformidade com a legislação ambiental. O  
81 requerente solicita ser julgado procedente o recurso. A relatora foi Juliana Saback (SDE). A  
82 câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão.  
83 **Processo 2010-000368/TEC/AIMU-0020 - MUNICÍPIO DE SEABRA/ PREFEITURA**  
84 **MUNICIPAL.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.500,00 no município de Seabra por  
85 disposição inadequada de resíduos. O requerente solicitou o cancelamento da penalidade.  
86 O relator foi Sérgio Bastos. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a  
87 plenária referendou tal decisão. **Processo 2009-002272/TEC/AIMU-0105 - EMBASA –**  
88 **EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A.** Auto de Infração de Multa no valor  
89 de R\$ 5.200,00 no município de Feira de Santana por não atendimento da notificação nº  
90 2008-012505. O relator foi Luiz Vitor. A câmara técnica decidiu pela manutenção da  
91 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2009-002268/TEC/AIMU-0103 -**  
92 **EMBASA – EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A.** Auto de Infração de  
93 Multa no valor de R\$ 13.520,00 no município de Feira de Santana pelo não atendimento da  
94 notificação nº 2008-012040 e por não atendimento da notificação nº 2008-012040. O  
95 requerente solicitou que seja reconhecida a nulidade do auto de infração. Juliana Ramos  
96 Oliva Saback foi a relatora. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a  
97 plenária referendou tal decisão. **Processo 2007-005328/TEC/AIMU-0245 - PROQUIGEL**  
98 **QUÍMICA S/A.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 20.000,00 no município de  
99 Candeias por lançar efluente em desacordo com os parâmetros permitidos na licença  
100 ambiental. O requerente solicitou sucessivamente, seja reconhecida a nulidade do auto de  
101 infração, que seja julgada improcedente a autuação ou redução do valor da multa para  
102 R\$5.000,01. O relator foi Daniel Barreto (GAMBA). O processo não foi julgado pela plenária  
103 porque o interessado desistiu do recurso e pagará a multa homologada. **Processo 2009-**  
104 **014426/TEC/AIMU-0265 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A UND. DE NEGÓCIO**  
105 **EXP.&PROD. BAHIA UN-BA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 150.000,00 no  
106 município de Cairu de Salinas pelo não cumprimento de condicionante da Licença de  
107 Operação. O requerente solicitou que seja declarada a nulidade do ato administrativo  
108 correspondente. O relator foi Ruy Andrade. Não houve consenso na câmara técnica e a  
109 plenária decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo 2010-010687/TEC/AIMU-0371 -**  
110 **GURJÃO ALIMENTOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 15.000,00 no  
111 município de Conceição de Feira por deposição inadequada de resíduos sólidos e



lançamento de efluentes no solo. O requerente solicitou cancelamento do Auto de Infração por considerar o mesmo improcedente. O relator foi Luiz Vitor. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-005445/TEC/AIMU-0163 - CLODOALDO NEVES SOUZA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 4.500,00 no município de Macaúbas por guarda irregular de madeira. O requerente solicitou que seja recebido o presente recurso para, afinal, decretar a nulidade do auto de infração. A relatora foi Juliana Saback. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-003353/TEC/AIMU-0118 - EDILSON OLIVEIRA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$6.000,00 no município de Miguel Calmon por manter animais silvestres em cativeiro sem autorização e provocar maus tratos a animais domésticos (preparação de galos para rinhas). O requerente solicitou a substituição da multa. A relatora foi Lucidalva Nogueira (PRISMA). Não houve consenso na câmara técnica e a plenária decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo 2009-030317/TEC/AIIN-0201 - NEYLDSON TRINDADE LUZ.** Auto de Infração de Interdição Temporária no município de Rio de Contas por preparação de área para queima. O requerente solicitou sucessivamente, o provimento do recurso com o reconhecimento de nulidade do Auto de Infração e, conseqüentemente, a sua desconstituição; converter a penalidade imposta em advertência, ou, subsidiariamente reduzir o valor da multa aplicada; caso não sejam acatadas as teses e pedidos requer a celebração de Termo de Compromisso com o INEMA, visando o encerramento do processo ora impugnado. A relatora foi Mariana Vidal (SEMA). A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2007-006610/TEC/AIAD-0363 - ARLINDO TEDESCO.** Auto de Infração de Advertência no município de Belmonte por exercer atividade em imóvel rural sem as necessárias anuências. O requerente solicitou que o Recurso Administrativo seja conhecido e provido para: a) Declarar a extinção do auto de infração em face da prescrição intercorrente configurada; b) Requer seja extinto sem resolução do mérito o processo administrativo pela perda do objeto deste; c) Reconhecido o pontual atendimento ao auto de infração Advertência por todos os documentos constantes nos arquivos deste órgão; d) Seja retirado do Portal do SEIA e INEMA qualquer menção ao aludido auto de infração. O relator foi Daniel Barreto. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2008-008204/TEC/AIMU-0551 - JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 50.000,00 no município de Jacobina, por descumprimento de condicionante de licença ambiental. O requerente solicitou sucessivamente: a) seja reconhecida a atipicidade da conduta da autuada, sendo cassada a penalidade de multa aplicada e arquivado o processo administrativo em questão; b) seja reconhecido o descabimento da aplicação de qualquer penalidade administrativa; c) seja a



149 penalidade de multa convertida em advertência ou, ao menos, seja a multa convertida em  
150 serviços de preservação, melhoria e recuperação ambiental; d) Por fim, requer que acaso  
151 mantida a penalidade de multa, seja devidamente revisto o valor fixado tendo em vista a  
152 adequação e proporcionalidade à infração supostamente cometida. A relatora foi Lucidalva  
153 Nogueira. Não houve consenso na câmara técnica porque o voto da relatora indica a  
154 redução da multa em 90% e celebração de termo de compromisso e o CEPRAM não  
155 determina se haverá ou não esse termo que é uma competência do INEMA, assim Daniel  
156 pediu vista do processo na câmara técnica e apresentou outro voto indicando a manutenção  
157 da penalidade. Após os esclarecimentos, Evilásio Fraga (Sindicato Rural de Ibicoara)  
158 solicitou diligência do processo para que a PROJUR responda se é possível, à luz do Art.  
159 297 do Decreto Estadual 14.024/2011, que uma multa seja convertida em serviços  
160 ambientais através da celebração de termo de compromisso, pois há um entendimento de  
161 que isso seria uma conversão de autuação, assim como é possível converter uma  
162 advertência em multa ou qualquer outro tipo de exemplo. **Processo 2010-**  
163 **003746/TEC/AIMU-0128 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO BAIANO DE BISCOITOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 2.000,00 no município de Santo Antônio de Jesus  
164 por operação sem licença ambiental. O requerente solicitou o cancelamento da notificação  
165 arguindo a total ilegalidade da mesma. O relator foi Sérgio Bastos. A câmara técnica decidiu  
166 pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2011-**  
167 **014865/TEC/AIMU-0341 - PEDRO ERNESTO DE CARVALHO.** Auto de Infração de Multa  
168 no valor de R\$ 6.800,00 no município de Riacho de Santana por supressão de vegetação e  
169 atividade de carvoaria sem licença ambiental. O requerente solicitou que seja a multa  
170 julgada nula, seja julgado improcedente o auto de infração ou convertida a multa em  
171 serviços de preservação. A relatora foi Mariana Vidal. A câmara técnica decidiu pela  
172 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-**  
173 **009836/TEC/AIMU-0315 - PIRELLI PNEUS AS.** Auto de Infração de Multa no valor de  
174 R\$10.000,01 no município de Feira de Santana por emissão de material particulado  
175 causando desconforto à comunidade. O requerente solicitou a invalidade do auto de infração  
176 ou a conversão da multa em advertência. Daniel Barreto foi o relator. A câmara técnica  
177 decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo**  
178 **2011-026638/TE/AIMU-0641 - MUNICÍPIO DE LAPÃO/PREFEITURA MUNICIPAL.** Auto de  
179 Infração de Multa no valor de R\$ 30.000,00 no município de Lapão por disposição irregular  
180 de resíduos sólidos. O requerente solicitou a anulação do auto de infração. A relatora foi  
181 Lucidalva Nogueira. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária  
182 referendou tal decisão. **Processo 2010-016255/TEC/AIMU-0631 - TRANSPORTADORA**  
183 **ALMEIDA BRITO LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 1.000,00 no município de  
184 Jequié por não cumprimento de condicionante da licença ambiental. O requerente solicitou o  
185



186 provimento do recurso, tornando insubsistente o auto de infração. O relator foi Sérgio  
187 Bastos. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou  
188 tal decisão. **Processo 2010-017525/TEC/AIMU-0664 - RIOS MINÉRIOS LTDA.** Auto de  
189 Infração de Multa no valor de R\$ 200.000,00 no município de Santa Luz por beneficiamento  
190 de ouro usando cianeto sem licença ambiental e disposição de tonéis de cianeto e  
191 derramamento de óleo no solo. O requerente solicitou o cancelamento do auto de infração, a  
192 substituição da multa por advertência ou prestação de serviços ou redução do valor da multa  
193 para R\$ 500,00. O relator foi Ruy Andrade. A câmara técnica decidiu pela manutenção da  
194 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2011-003157/TEC/AIMU-0078 -**  
195 **HÉRCULES RAMOS BRANDÃO.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 20.000,00 no  
196 município de Paratinga por supressão de mata ciliar. O requerente solicitou que seja o auto  
197 de infração seja julgado nulo, a multa considerada indevida, reduzido o seu valor para o  
198 mínimo. A relatora foi Juliana Ramos Oliva Saback. A câmara técnica decidiu pela  
199 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2011-**  
200 **001559/TEC/AIMU-0050 - GEOMASTER ENGENHARIA DE SOLOS LTDA.** Auto de  
201 Infração de Multa no valor de R\$ 45.000,00 no município de Correntina por Intervenção em  
202 APP sem autorização ou licença ambiental, com efetivo impacto e risco de degradação. O  
203 requerente solicitou que seja julgado procedente o recurso e declarado nulo o auto de  
204 infração, seja convertida a multa em advertência, seja reduzido o valor para R\$ 500,00 ou  
205 celebrado Termo de Compromisso com redução de 90% do valor da multa. O relator foi Luiz  
206 Vitor Marsala. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária  
207 referendou tal decisão. **Processo 2010-006905/TEC/AIMU-0198 - FERTILIZANTES**  
208 **HENRIGER S/A.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 6.000,00 no município de  
209 Camaçari por não atendimento a condicionantes da Licença de Operação. O requerente  
210 solicitou o arquivamento do processo em razão da ocorrência da prescrição intercorrente. A  
211 relatora foi Mariana Vidal. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a  
212 plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-015172/TEC/AIMU-0281 - PETRÓLEO**  
213 **BRASILEIRO S/A- UND. DE OPERAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E PROD. DA BAHIA UO**  
214 **BA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 200.000,00 no município de Esplanada por  
215 alargamento da estrada sem a necessária Licença Ambiental e realizar supressão de  
216 vegetação e aterro, potencializando o processo de assoreamento das drenagens naturais. O  
217 requerente solicitou: a) Seja o presente recurso conhecido, independentemente da  
218 realização de depósito de 30% do valor da multa; b) A nulidade do Auto de Infração e, via de  
219 consequência, cancelamento da penalidade imposta e c) Caso esse Conselho considere  
220 válida a penalidade imposta, que seja reduzido o valor da multa. A relatora foi Lucidalva  
221 Nogueira votou pela manutenção da multa sugerindo a celebração de termo de  
222 compromisso e não houve consenso na câmara técnica porque Ruy, em pedido de vistas do



223 processo, votou pela prescrição intercorrente de processo administrativo. Como esse era  
224 umas questões que foram levantadas na câmara técnica recursal sobre a competência do  
225 CEPRAM ao julgar os recursos, a plenária adiou a decisão para o momento que for  
226 analisada a questão da Câmara Técnica quando fosse dado conhecimento do parecer da  
227 PROJUR sobre essa matéria. Ponto de pauta que acabou sendo adiado para a próxima  
228 reunião. **Processo 2008-011386/TEC/AIMU-0811 - JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE**  
229 **MENDONÇA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 100.000,00 no município de  
230 Tanquinho pelo lançamento de substância tóxica de forma tecnicamente inadequada com  
231 capacidade de tornar ultrapassados padrões de qualidade. O requerente solicitou o  
232 cancelamento da multa ou sua substituição por ações mitigadoras ou redução de seu valor.  
233 A relatora foi Juliana Ramos Saback. A câmara técnica decidiu pela manutenção da  
234 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2011-025353/TEC/AIMU-0579 -**  
235 **PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAI.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 50.000,00  
236 no município de Uibaí por degradação ambiental devido a disposição inadequada de  
237 resíduos sólidos. O requerente solicitou que seja julgado improcedente ou revogar, ou tornar  
238 sem eficácia a autuação. O relator foi Luiz Vitor Marsala. A câmara técnica decidiu pela  
239 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2011-**  
240 **026283/TEC/AIMU-0620 - OXIPRANA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.** Auto de Infração de  
241 Multa no valor de R\$ 5.000,00 no município de Poções por atividade de transporte de  
242 produtos perigosos na Bahia sem licença ambiental. O requerente solicitou a reforma da  
243 decisão. O relator foi Daniel Barreto. A câmara técnica decidiu pela manutenção da  
244 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2011-010060/TEC/AIMU-0218 -**  
245 **AERPARK ESTACIONAMENTOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de  
246 R\$11.000,00 no município de Salvador por causar assoreamento de corpo hídrico. O  
247 Requerente solicitou a reforma da decisão. O relator foi Daniel Barreto. A câmara técnica  
248 decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo**  
249 **2010-007136/TEC/AIMU-0213 - TRANSPORTES SANCAP S/A.** Auto de Infração de Multa  
250 no valor de R\$ 20.000,00 no município de Amélia Rodrigues por derrame de produto  
251 perigoso no solo, exercer atividade sem licença e não comunicar acidente rodoviário. O  
252 requerente solicitou a anulação da multa imposta. A relatora foi Lucidalva Nogueira. A  
253 câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão.  
254 **Processo 2011-024100/TEC/AIMU-0570 - AUGUSTO LEÃO MENDONÇA CARDOSO.**  
255 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 25.000,00 no município de Lapão por extração  
256 mineral (cascalho) sem Licenciamento Ambiental em APP. O requerente solicitou: a) Seja  
257 reconhecida a nulidade do presente processo administrativo; b) Seja julgada improcedente a  
258 lavratura do Auto de Infração, a fim de excluir a imposição da multa ao autuado; c)  
259 Substituição da sanção de multa por prestação de serviços de preservação, melhoria e



260 recuperação da qualidade do meio ambiente. O relator foi Ruy Andrade. Não houve  
261 consenso na câmara técnica porque Ruy pediu a nulidade do auto e Daniel, em seu voto de  
262 pedido de vista, teve outro entendimento recomendando a manutenção da multa porque não  
263 houve comprovação do que está apresentado no recurso. Severino solicitou vista com  
264 pedido de diligência para que se verifique junto ao INEMA se há como haver mais  
265 detalhamento para se assegurar que o autuado seja o responsável pelo dano ambiental.  
266 **Processo: 2011-007522/TEC/AIMU-0157 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGI.** Auto de  
267 Infração de Multa no valor de R\$ 50.000,00 no município de Itagi por disposição inadequada  
268 dos resíduos sólidos urbanos oriundos da coleta pública municipal em Área de Preservação  
269 Permanente. O requerente solicitou o cancelamento do Auto de Infração e, ao final, seja  
270 julgado insubsistente o Auto de Infração com o seu posterior arquivamento. A relatora foi  
271 Juliana Saback. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária  
272 referendou tal decisão. **Processo 2011-011995/TEC/AIMU-0291 - ASSOCIAÇÃO DE**  
273 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA – APAEB.**  
274 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 1.000,00 no município de Valente por operar sem  
275 a devida licença ambiental. O requerente solicitou que seja julgado insubsistente o Auto de  
276 Infração e inexigível a multa. A relatora foi Mariana Vidal. A câmara técnica decidiu pela  
277 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-**  
278 **001352/TEC/AIMU-0042 - TEONILIO DA SILVA MENDES.** Auto de Infração de Multa no  
279 valor de R\$ 7.955,00 no município de Candiba por derrubar aroeira. O requerente solicitou  
280 reconsideração da multa. O relator foi Daniel Barreto. A câmara técnica decidiu pela  
281 nulidade da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-**  
282 **013041/TEC/AIMU-0475 - PAULO DE OLIVEIRA SANTOS.** Auto de Infração de Multa no  
283 valor de R\$ 20.000,00 no município de Santa Maria da Vitória por dificultar ou impedir, com  
284 uso de cerca de arame farpado, o uso público das águas do Poço de Dentro. O requerente  
285 solicitou que seja declarado nulo ou tornar sem efeito o auto de infração. A relatora foi  
286 Lucidalva Nogueira. A câmara técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária  
287 referendou tal decisão. Finalizados os processos, Mariana iniciou a análise da minuta de  
288 Resolução CEPRAM para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de  
289 energia elétrica a partir de fonte eólica em ambientes terrestres no Estado da Bahia  
290 apresentando o histórico de elaboração dessa nova Resolução. Recordou que esse  
291 trabalho, coordenado pela SEMA e IMA, se iniciou em 2010 para adequação à Resolução  
292 CONAMA nº462/2014 e explicou que, em 2010 e 2011, houve apresentação e debates para  
293 dar subsídios às equipes técnicas trabalharem na proposta que, posteriormente, foi  
294 apresentada ao Conselho. Em 2014 ocorreram 02 (duas) reuniões da Câmara Técnica de  
295 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CTPPDS para discutir essa  
296 normatização e foram solicitados novos ajustes para que, em 2017 e 2018, o Conselho



297 pudesse trabalhar nas adequações em Câmaras Técnicas. Nesses anos foram realizadas  
298 mais 04 (quatro) reuniões da CTPPDS e 01 (uma) da Câmara Técnica de Assuntos  
299 Jurídicos, Institucionais e Normativos – CTAJIN. Nesse período foram feitas reuniões com  
300 técnicos do órgão e o setor eólico para elaboração desse documento. Renato Cunha  
301 (GAMBA), membro da CTPPDS e Conselheiro, ressaltou a importância desse tipo de  
302 produção e normatização pelo CEPRAM e chamou atenção para o cuidado com o processo  
303 de instalação desses empreendimentos que, muitas vezes, acabam gerando grandes  
304 impactos sociais às localidades. Dito isso, passou a palavra para a Senhora Lourdes da  
305 ONG Prisma e residente na região de Guanambi onde existem muitos empreendimentos  
306 eólicos e que vem enfrentando algumas questões importantes de serem observadas pelo  
307 Governo e pelos empreendedores. Lourdes relatou as dificuldades enfrentadas pelas  
308 comunidades: importação da mão de obra especializada restando apenas os serviços mais  
309 braçais para a população local, o rápido crescimento econômico no período da implantação  
310 dos empreendimentos seguidos por uma enorme queda depois que estão em operação,  
311 aumento da prostituição, drogas, alcoolismo, além de crescimento de problemas de saúde.  
312 Informou que a equipe técnica do INEMA daquela região não tem estrutura para atender a  
313 demanda, ficam sem carro, sem combustível e sem diária para trabalharem em campo.  
314 Renato reforçou a necessidade de que as comunidades tradicionais sejam respeitadas  
315 nesses processos de implementação de empreendimentos eólicos. Leila Oliveira (Sindicato  
316 Rural de Camacan) sugeriu que Lourdes encaminhe esse depoimento como uma denúncia  
317 ao INEMA porque essa resolução trata do processo de licenciamento de uma determinada  
318 atividade e não trata de empreendimentos específicos ou empresas específicas. Márcia  
319 reforçou a sugestão de Leila e informou que não há nenhuma formalização, por parte da  
320 equipe técnica do INEMA na região, de que estejam sem as devidas condições para  
321 exercerem suas funções. Após as intervenções, Mariana lembrou o procedimento para  
322 esse tipo de documento que primeiro tem a deliberação sobre o texto base e, caso seja  
323 aprovado o texto base, há a leitura do documento para que sejam pontuados todos os  
324 destaques que serão discutidos. Dessa maneira, o texto base foi aprovado por unanimidade  
325 pelos 20 (vinte) Conselheiros presentes na plenária. Mariana fez a leitura do documento e  
326 foram feitos os destaques: Luiz Vítor destacou o Art. 3º, § 4º por acreditar que a palavra  
327 “evidências” deixa muito aberto, assim sugeriu que sejam especificadas o que são essas  
328 evidências. Ana Paula (INEMA), técnica da regulação na Coordenação de Infraestrutura e  
329 Energia, explicou que a forma como está redigido é melhor porque cabe ao técnico a  
330 verificação das evidências de acordo com cada empreendimento. Houve consenso de que  
331 não é preciso fazer o detalhamento dessas evidências; Carlos Romero (PRISMA) pediu  
332 esclarecimentos quanto à previsão de que as nascentes de rios estejam contempladas no  
333 inciso I do Art. 4º quando fala em “áreas úmidas” e Leonardo Carneiro, Diretor de Regulação



334 do INEMA, explicou que nascentes já são definidas como Áreas de Preservação  
335 Permanente – APP pelo Código Florestal; Renato sugeriu a inclusão de mais 03 (três)  
336 incisos no Art. 5º que trata de empreendimentos eólicos localizados nos biomas Caatinga e  
337 Cerrado com a seguinte redação “V – *regularização fundiária dos imóveis rurais inseridos na*  
338 *área de intervenção da atividade; VI - manutenção das funções ecossistêmicas existentes*  
339 *na área de intervenção, em especial à biodiversidade e corpos d’água superficiais e*  
340 *subterrâneas; VII - manutenção das relações etnobiológicas de povos tradicionais*”. Mariana  
341 Vidal (SEMA) esclareceu que essas propostas apresentadas por Renato foram discutidas na  
342 CTPPDS e na CTAJIN apesar de não estarem apresentadas com essa redação. Explicou  
343 que há uma lista de documentos que podem ser apresentados para a comprovação da  
344 propriedade para que a licença seja liberada e que regularização fundiária implica em  
345 determinar a cadeia sucessória do imóvel e isso não se dá no âmbito do instrumento da  
346 Política de Meio Ambiente, o licenciamento ambiental, porque não se trata de uma questão  
347 ambiental, mas sim uma questão fundiária. Ana Paula (INEMA) explicou que as questões  
348 pontuadas nos itens sugeridos VI e VII estão contemplados em outras partes da resolução,  
349 até porque essa preocupação com os ecossistemas e com as comunidades tradicionais não  
350 deve ocorrer apenas nos casos de empreendimentos nesses 02 (dois) biomas. Lembrando  
351 que para o caso de comunidades tradicionais existem instituições intervenientes como a  
352 Fundação Palmares, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o Instituto do Patrimônio  
353 Histórico e Artístico Nacional - IFHAN que tem seus procedimentos e protocolos específicos  
354 que devem ser respeitados e que elas estão envolvidas no processo de licenciamento.  
355 Severino pontuou seu desconforto quando vê que o licenciamento ambiental pode acabar  
356 reforçando conflitos sociais, como é o caso da questão fundiária. Renato propôs que as  
357 sugestões de incisos VI e VII sejam melhor redigidos e deslocados para o anexo, visto que  
358 devem ser preocupações em qualquer bioma. Com relação à questão fundiária sugeriu que  
359 é necessário que isso seja levado em conta devido ao grande desrespeito às populações  
360 locais e, principalmente, às comunidades tradicionais. Mariana Mascarenhas lembrou que a  
361 questão fundiária se apresenta como um problema na Bahia e no Brasil para qualquer tipo  
362 de atividade não sendo uma exclusividade de empreendimentos eólicos. Leila informou que  
363 para um empreendimento eólico ir a leilão deve estar com suas áreas legalizadas do ponto  
364 de vista fundiário, entretanto a área de intervenção do empreendimento é muito maior que a  
365 área de corredor de vento. A regularização fundiária de todas as áreas de influência  
366 demanda um esforço enorme por parte da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA  
367 o que inviabilizaria esse tipo de atividade no Estado. Renato explicou que a sugestão é que  
368 o INEMA tenha informações sobre a questão fundiária para levar em consideração e definir  
369 ações para ajudar a resolver esses conflitos e não que o licenciamento ambiental exija a  
370 regularização fundiária. Leila disse estar acompanhando muito de perto essas questões e



371 entende as preocupações apresentadas por Renato, e sugeriu que a redação seja alterada  
372 para que se tenha maior cuidado para as relações que se estabelecem no território entre a  
373 empresa, a sociedade e os proprietários rurais porque da forma como está acaba criando  
374 um impasse legal. Com relação à sugestão do item VII, afirmou que não há como assegurar  
375 que as relações etnobiológicas de povos tradicionais serão mantidas, sugerindo que a  
376 redação trate do respeito aos povos e comunidades tradicionais, assim como seu modo de  
377 vida, cultura e valores. Márcia e Leonardo Carneiro (INEMA) reforçaram que a regularização  
378 fundiária não pode e não será resolvida pelo licenciamento ambiental que tem  
379 características específicas. Informou que há atenção com relação à documentação  
380 comprobatória de propriedade ou posse e isso está previsto em Portaria específica do  
381 INEMA. Com relação aos itens VI e VII, Márcia lembrou que são exigidos estudos no  
382 processo de licenciamento que contemplam as questões do meio físico, biótico e social e  
383 estão contempladas no roteiro desses estudos. Laís Maciel (SDE) reforçou os argumentos  
384 apresentados por Márcia de que a regularização fundiária não é escopo do licenciamento  
385 ambiental, inclusive com legislações distintas. Mariana esclareceu que o Governo do Estado  
386 defende que não haja nenhuma menção a essa questão fundiária na resolução do CEPRAM  
387 e que o conteúdo dos demais incisos sugeridos estão contemplado no anexo único da  
388 resolução, não com essas palavras especificamente, mas estão contemplados no roteiro  
389 mínimo. Nesse momento houve a sugestão de que a redação das propostas dos incisos VI e  
390 VII fossem ajustadas para verificarem a pertinência de inclusão do anexo. Renato sugeriu  
391 que o item 2. do anexo seja "*Caracterização Socioambiental*" no lugar de "*Caracterização*  
392 *ambiental*" e todos concordaram com essa sugestão. Com relação ao item V sugeriu que  
393 seja levado para o anexo e que modifiquem a redação para "*observar a situação fundiária*  
394 *dos imóveis rurais da área de influência*" porque a idéia não é que a regularização fundiária  
395 seja resolvida no licenciamento ambiental, mas acredita que essa questão é fundamental e  
396 o órgão ambiental não deveria ignorar isso. Ana Paula informou que é possível se criar  
397 condicionantes para que haja o apoio a ações voltadas a regularização fundiária e, também,  
398 que é preciso atentar para a forma como o que está no roteiro possa ser verificado pela  
399 equipe técnica porque não é possível se verificar concretamente "garantir o respeito às  
400 comunidades tradicionais" ou a "manutenção das relações". Mariana retomou a análise dos  
401 demais destaques feitos, visto que as sugestões de Renato serão apreciadas no anexo.  
402 Miguel Accioly (UFBA) pediu esclarecimentos no parágrafo único do Art. 9º sobre como se  
403 caracteriza essas "*alterações que não sejam capazes de causar impactos ambientais*  
404 *adicionais*" e foi explicado que a área do empreendimento tem uma poligonal definida e,  
405 dentro dessa poligonal, pode haver alguma alteração a exemplo de mudança de localização  
406 do aerogerador dentro da poligonal previamente analisada e licenciada ou mudança da  
407 potência do aerogerador. O Art. 12 houve destaque nos §§1º e 2º por Luiz Vitor para melhor



408 compreensão de como ocorre a transferência da licença e da responsabilidade do  
409 transferidor para o transferido. Márcia explicou que a responsabilidade permanece sendo  
410 dos 02 (dois) envolvidos no processo de transferência e que existem regramentos  
411 específicos para o caso de imputação de responsabilidade que deverão ser verificados em  
412 processos de fiscalização ambiental. Severino e Renato destacaram o Art. 14 e sugeriram  
413 que fosse incluída a obrigatoriedade de que houvesse consulta pública para qualquer tipo de  
414 licenciamento ambiental e audiência pública para os casos em que há EIA/RIMA. A  
415 sugestão é que a consulta pública poderia ser feita apenas com a disponibilização de  
416 documentos no *site* do INEMA. Foi esclarecido que consulta pública exigiria uma  
417 operacionalização específica, além disso, todas as informações estão disponibilizadas no  
418 Sistema Estadual de Informação Ambiental e de Recursos Hídricos - SEIA e o Art. 15  
419 garante que é preciso se dar publicização aos pedidos de licenciamento ambiental. Por fim,  
420 foi mantida a redação original. Na análise do anexo único, Laís apresentou uma sugestão de  
421 redação de um novo ponto no item 2. *Caracterização Socioambiental* para contemplar a  
422 sugestão apresentada por Renato com relação à questão fundiária: “Os estudos devem  
423 apresentar em texto e mapa, em escala adequada, quando pertinente, as informações: ... –  
424 situação da ocupação em relações territoriais”. Argumentou que, dessa forma, a  
425 regularização fundiária sairia do escopo da resolução e ficaria dito que o empreendedor  
426 informará o órgão ambiental sobre isso. Dessa forma, não seria necessário trazer a cadeia  
427 sucessória do imóvel, apenas apresentar um diagnóstico, um *status* do momento. Ana Paula  
428 explicou que a Portaria de Documentos elenca uma série de documentos que o  
429 empreendedor deve apresentar para comprovar posse, propriedade ou concessão. Márcia  
430 lembrou que essa discussão já ocorreu em câmara técnica e que as 02 (duas) câmaras  
431 técnicas que analisaram a proposta não concordaram com essa inclusão. Defendeu que não  
432 havia consenso da plenária com relação a essa inclusão, nem mesmo com a sugestão de  
433 redação apresentada por Laís, sugerindo a decisão pelo voto. Mariana explicou que essa  
434 inclusão geraria insegurança para a equipe técnica que não tem competência para tratar e  
435 analisar questões fundiárias, além de não haver nem mesmo clareza sobre o que deve ser  
436 analisado nesse caso. Assim, a qualquer momento pode haver questionamento quanto ao “o  
437 que” e “como” foi analisado e isso gera insegurança técnica e jurídica. Mariana Vidal ainda  
438 lembrou que, para qualquer ato autorizativo do INEMA em imóvel rural, é obrigatória a  
439 apresentação do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR que exige que o  
440 se comprove a regularidade fundiária. Defendeu que a inclusão dessa proposta de redação  
441 não representaria nenhuma solução para a preocupação apresentada pela sociedade civil e  
442 geraria insegurança à área técnica, afinal se não é competência do órgão ambiental porque  
443 deveriam exigir informações sobre a situação da ocupação em relações territoriais para fins  
444 de emissão da licença ambiental. Por fim, Mariana verificou que não havia consenso, pois



445 mesmo com a tentativa de redação alternativa apresentada por Laís, a SEMA e o INEMA  
446 ainda eram contrários a essa inclusão e submeteu a votação dos Conselheiros. Por 11  
447 (onze) votos favoráveis, 06 (seis) contrários e nenhuma abstenção foi incluída a redação  
448 “*situação da ocupação em relações territoriais*” como mais um subitem do item 2.  
449 Caracterização Socioambiental do Anexo Único. Renato sugeriu que, no item 4. Medidas  
450 Mitigadoras e Compensatórias, fossem incluídos outros 03 (três) programas para serem  
451 implementados: 1. um programa de recarga hídrica, 2. um programa para o monitoramento  
452 etno-social que rebateria na questão de povos e comunidades tradicionais, anteriormente  
453 discutida e 3. Um programa para o monitoramento superficial que trataria da ocupação do  
454 território. Mariana submeteu cada um dos programas propostos à votação e os 02 (dois)  
455 primeiros não foram incluídos por 13 (treze) votos contrários a inclusão, 04 (quatro)  
456 favoráveis e nenhuma abstenção. No momento que o terceiro seria submetido à votação,  
457 Renato retirou a proposta por entender que também seria recusado pela plenária. Finalizada  
458 a análise e adequação do texto base, a íntegra da resolução alterada em plenária foi  
459 aprovada por 17 (dezesete) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção.  
460 Finalizado esse ponto Mariana Vidal fez uma breve contextualização sobre o ponto de pauta  
461 relacionado às competências da Câmara Técnica Recursal que está paralisada desde a  
462 última reunião, ocorrida em agosto desse ano, quando houve o questionamento quanto as  
463 atribuições e limites desta instância do CEPRAM e o encaminhamento do debate para a  
464 plenária. Diante da insegurança gerada entre os membros desta CT, foi formalizado um  
465 questionamento à Procuradoria Geral do Estado – PGE com alguns pontos suscitados e um,  
466 especificamente, foi encaminhado à Procuradoria Jurídica – PROJUR do INEMA que  
467 responderam e agora é preciso resolver esse impasse para que a Câmara Técnica Recursal  
468 volte a trabalhar. Devido ao horário, a plenária decidiu que, antes do assunto ser  
469 apresentado à plenária, a Câmara Técnica tomasse conhecimento das respostas  
470 apresentadas pela PGE e PROJUR para, então, se decidir os encaminhamentos desse  
471 assunto. Renato sugeriu que os processos em que houvesse consenso na Câmara Técnica  
472 Recursal não fossem submetidos à plenária, restando ao pleno apenas aqueles onde  
473 houvesse dissenso à exemplo do que ocorre no âmbito do CONAMA. Mariana Vidal explicou  
474 que essa proposta já foi objeto de discussão e que não há o entendimento de que isso seja  
475 possível devido às atribuições e competências do CEPRAM, mas farão esse debate  
476 novamente. Em “O que ocorrer” Alessandra ratificou a necessidade de discussão sobre o PL  
477 de defensivo agrícola que estava na pauta dessa reunião. Pediu, inclusive, que haja espaço  
478 no momento dessa discussão para uma fala de Celito Breda, especialista engenheiro  
479 agrônomo que trabalha com programa fitossanitário na região oeste da Bahia e do Dr. Paulo  
480 Amaral, assessor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA que vêm  
481 acompanhando a discussão do PL em âmbito nacional, ambos presentes nessa reunião.



482 Mariana entrará em contato com a Promotora Luciana e com Alessandra para organizar  
483 esse momento para a próxima reunião do CEPRAM. Renato cobrou da SECEX a realização  
484 da reunião do GT do Chumbo e Mariana disse que tentará organizar essa reunião para  
485 outubro. Renato pediu esclarecimento à Márcia sobre a quantidade de outorga que vem  
486 sendo dada pelo INEMA, especialmente quanto a recente outorga dada na Chapada  
487 Diamantina no Rio Santo Antônio. Comentou sobre a carta assinada por diversas  
488 instituições da região intitulada de SOS Águas da Chapada Diamantina. Márcia informou  
489 que deu todos os esclarecimentos sobre essa outorga específica ao CONERH e deixou  
490 claro algumas questões referentes a essa outorga: 1) não interessa ao INEMA o requerente  
491 da outorga, isso não é analisado; 2) as outorgas são concedidas a partir de uma análise  
492 com critérios técnicos e legais definidos e não por vontade ou impressões. Existe uma  
493 completa análise agrônômica de plantio e hidrológica de capacidade de suporte do rio para  
494 que uma outorga seja liberada. Relembrou o Conselho que, além da seca severa que vem  
495 aumentando desde 2012, existem muitas captações irregulares que são as que mais  
496 impactam o rio. Assim, se uma outorga é liberada e o rio está baixo não houve um erro  
497 técnico de análise porque ele analisa com as informações disponíveis dentro do órgão  
498 referentes à vazão do rio e de captações regularizadas. Dessa forma, haverá problema  
499 originário nas captações irregulares que não são do conhecimento do INEMA. 3) esta  
500 outorga não é nova, o empreendimento está lá desde 2006 com outorga idêntica a essa que  
501 foi concedida pela SRH. Assim, essa outorga é antiga e foi renovada 2010 e em 2014.  
502 Ocorre que o empreendedor perdeu o prazo para o pedido de renovação e foi penalizado  
503 sendo necessário abrir um novo processo, mas o empreendimento está lá outorgado desde  
504 2006 com as mesmas condições e critérios desse novo processo, ou seja, o INEMA não  
505 liberou uma outorga que já não existisse, o INEMA não autorizou captação de nenhuma  
506 nova vazão. Com relação ao impacto na APA, Márcia explicou que há uma análise sendo  
507 feita pelo INEMA com relação ao licenciamento desse empreendimento, mas não houve  
508 nenhuma alteração ao que vem sendo outorgado desde 2006. Finalizou dizendo que o  
509 INEMA esteve presente na reunião ocorrida em Seabra com a participação do Diretor de  
510 Águas, do Diretor de Regulação e o Coordenador de Outorga para prestar todos os  
511 esclarecimentos e poderá fazer isso novamente quantas vezes for necessário, mas acha  
512 importante que as informações corretas sejam socializadas da mesma maneira que foram  
513 divulgados os questionamentos e as declarações que foram feitas antes desses  
514 esclarecimentos. Comprometeu-se a adequar a nota técnica preparada pelo INEMA sobre  
515 essa questão para uma linguagem mais acessível para encaminhar para todo o CONERH.  
516 Com relação à supressão de vegetação explicou que esse tipo de autorização segue um  
517 roteiro técnico e legal e que é preciso que o Estado da Bahia defina o quanto se quer  
518 preservar desses biomas, enquanto isso não acontecer, a equipe técnica não tem como não



autorizar a supressão. Miguel Accyoli (UFBA) demonstrou sua preocupação com a APA da Bacia do Cobre porque o conselho gestor, principalmente a sociedade civil, vem trabalhando arduamente nessa APA sem o apoio do Governo do Estado e há um grande apelo social naquela Unidade de Conservação. Assim, pediu atenção do Governo do Estado naquela APA. Márcia explicou que foi formado um Grupo de Trabalho para acompanhar a licitação e o termo de referência para contratação do Plano de Manejo está pronto para a formalização do processo. Informou que há previsão de descentralização de recurso da SEMA para esse fim. Miguel solicitou que o Conselho Gestor da APA tenha conhecimento desse Termo de Referência porque, apensar de o Gestor desta UC ter participado do Grupo de Trabalho, o Conselho não tem recebido essas informações. Amanda Santos Silva (ADES) lembrou que em julho de 2017 fizeram uma proposição de Resolução para a obrigatoriedade de comunicação sobre a concessão de licenças ambientais pelo INEMA e pediu esclarecimentos dessa tramitação pelo CEPRAM. Mariana explicou que a proposta de resolução foi encaminhada para a CTPPDS que elencou suas prioridades e vem trabalhando nessa ordem, assim, a proposta está na pauta do conselho, mas precisa aguardar que a CTPPDS a analise. Amanda pediu que seja encaminhado um pedido para que a CTPPDS priorize essa proposta. Leila pediu que a próxima reunião do CEPRAM ocorra na FENAGRO que acontecerá no final de novembro. Sem mais nenhum assunto a ser apreciado naquele momento, Mariana agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas *M. Mascarenhas*

**Conselheiros presentes:**

Márcia Telles - INEMA *M. Telles*  
Kátia Correia Lima – SEAGRI  
Lais de Cunha Marciel - SDE  
Taís Nascimento Gouveia – SDE  
Livia Oliveira de Carvalho - SEPLAN  
Stenio Júnior – SEDUR  
Maria do Carmo Galvão – SESAB  
Wal Goulart de Macedo Santana J. - UPB  
Luis Fernando Galvão – SINDIBRITA  
Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC  
Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ  
José Roberto Pedreira Franco – DAC  
Izabella Lopes Pacheco de Miranda – SINDPACEL  
Wilson Galvão Andrade – SINDFIBRAS



- 556 Luis Carlos Café da Silva - ACB
- 557 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA
- 558 Alessandra Cotrim Reis – AIBA
- 559 Leia Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Camacã
- 560 Evilásio Fraga - FAEB
- 561 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 562 Severino Soares Agra Filho – UFBA
- 563 Miguel Accioly – UFBA
- 564 Luiz Vitor Marsala - CEPEDDES
- 565 Ércio da Silva Araújo – Instituto Baleia Jubarte – IBJ
- 566 Luena Patrícia Fernandes – Instituto Baleia Jubarte – IBJ
- 567 Amanda Santos Silva - ADES
- 568 Daniel Barreto – GAMBA
- 569 Renato Cunha - GAMBA
- 570 Carlos Romero Oliveira de Oliveira – PRISMA
- 571 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil
- 572 **Convidados:**
- 573 José Silva Costa – ARATU MINERAÇÃO
- 574 Ricardo Borges Cunha – SEMA
- 575 Marcos Machado – INEMA
- 576 Celito Eduardo Breda – AIBA/ABAPA
- 577 Beatriz Pita – SOWITEC
- 578 Zaide Moreira Souza – SDR
- 579 Larissa Cayres - SEMA